

EM: 14 / 04 / 25

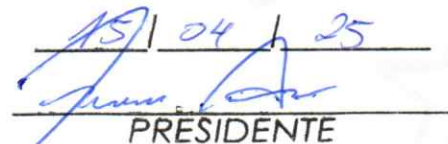
**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO.**

**PARECER** nº 020/2025/CCJR-CMVC, DE 14 DE ABRIL DE 2025.

**OBJETO:** Parecer ao Projeto de Resolução nº 002/2025, de 03 de abril de 2025.

**LIDO NA SESSÃO**

Nº 518, DO DIA

15 / 04 / 25  
  
PRESIDENTE

**PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 002/2025. REGULAMENTA A LEI FEDERAL Nº 14.129/2021 (GOVERNO ELETRÔNICO) NO ÂMBITO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VIÇOSA DO CEARÁ/CE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**PARECER DO RELATOR:**

Primeiramente é pertinente esclarecermos que é dessa Comissão a competência de análise do Projeto de Resolução que fora apresentado, eis que originariamente lhe fora atribuída essa função, conforme preconiza o artigo 50, do Regimento Interno desta casa legislativa.

Após análise do citado Projeto de Resolução, constatou-se que o mesmo está em consonância com as regras que regem a legalidade e dentro dos conceitos constitucionais, regimentais e financeiros pertinentes a matéria em debate.

O Objeto do **PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 002/2025, DE 03 DE ABRIL DE 2025**, é a regulamentação no âmbito da Câmara Municipal de Viçosa do Ceará/CE, da Lei Federal 14.129/2021, Governo Eletrônico. O Projeto de Resolução em tela tem por escopo regulamentar no âmbito da Câmara Municipal de Viçosa do Ceará/CE, visando o estabelecimento de mecanismos de administração digital, oferta de serviços via sistemas eletrônicos, facilitando a prestação de serviços aos usuários do serviço público no âmbito do Poder Legislativo Municipal.

Considerando que o texto do Projeto de Resolução em comento observou a técnica legislativa e observou os procedimentos regimentais e legais pertinentes a espécie, emito parecer **FAVORÁVEL** a essa **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**, pela **APROVAÇÃO** do **PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 002/2025. REGULAMENTA A LEI FEDERAL Nº 14.129/2021 (GOVERNO ELETRÔNICO) NO ÂMBITO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VIÇOSA DO CEARÁ/CE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**CONCLUSÃO DA COMISSÃO:**

Ante o exposto, tendo em vista as considerações expedidas pelo relator, amparado pelo artigo 50, do Regimento Interno, diante dos aspectos que cumpre a esta Comissão de Constituição, Justiça e Redação analisar, não existem óbices à aprovação do **PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 002/2025. REGULAMENTA A LEI FEDERAL Nº 14.129/2021 (GOVERNO ELETRÔNICO) NO ÂMBITO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VIÇOSA DO CEARÁ/CE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.** haja vista que os preceitos constitucionais, legais e regimentais foram observados, razão pela qual opinamos pela sua **APROVAÇÃO, sem emendas.**

  
**Ediomar de Carvalho Silva**  
(Relator)

  
**Ediomar de Carvalho Silva**  
**Presidente**

☒ A favor ( ) Contra

  
**José Océlcio Brito Silva**  
**Secretário**

☒ A favor ( ) Contra

  
**João Clóvis Mapurunga da Frota**  
**Membro**

☒ A favor ( ) Contra

Sala das Comissões, 14 de abril de 2025.